



A REALIDADE DAS AGROINDÚSTRIAS DOS MUNICÍPIOS DE BARRAÇÃO E BOM JESUS DO SUL, PR.

Área Temática 07: Tecnologia e Produção

Ivanira Correia de Oliveira¹ (Coordenadora da Ação de Extensão)

Kérley Braga Pereira Bento Casaril²
Clery Otto Welgert Alves³
Pâmela Ferreira da Cruz⁴
Patrícia Antunes de Moraes⁵
Rafaeli Malinoski⁶

Palavras-chave: Agricultura Familiar, Agroindústria Familiar, Boas Práticas de Fabricação.

Resumo: A atividade agroindustrial familiar surgiu da necessidade de melhorar a renda e a qualidade de vida de famílias agricultoras. Como forma de contribuir para o processo de desenvolvimento dessa atividade, está em execução o projeto de extensão Tecnologias de gestão e produção para o fortalecimento e sustentabilidade de agroempreendimentos familiares, nos municípios de Barracão e Bom Jesus do Sul, PR, junto a vinte agroindústrias familiares. Sendo assim, este trabalho tem como objetivo apresentar as ações e resultados do projeto até março de 2013. Foram realizadas visitas para conhecer as propriedades e seus responsáveis. Os dados obtidos foram sistematizados para elaboração de um diagnóstico, em seguida foi realizada uma pesquisa de mercado em 44 estabelecimentos comerciais, revendedores dos produtos oriundos das agroindústrias, onde foram avaliados

¹ Coordenadora. Professora do curso de Administração, CCSA, campus Francisco Beltrão. ivaniraoliveira@ymail.com.

² Orientadora. Professora do curso de Economia Doméstica, CCSA, campus Francisco Beltrão.

³ Bolsista. Profissional Economista Doméstico.

⁴ Bolsista. Acadêmica do curso de Economia Doméstica, CCSA, campus Francisco Beltrão.

^{5,6} Bolsistas. Acadêmicas do curso de Administração, CCSA, campus Francisco Beltrão.

aspectos relacionados aos produtos. Como principais resultados do diagnóstico e da pesquisa de mercado foram destacados a qualidade e diversidade dos produtos e sua aceitação no mercado, informações importantes, pois dez famílias têm na atividade sua fonte fundamental para o sustento. Também são apontadas algumas oportunidades de melhoria como: uniformização; assiduidade na entrega e compromisso de venda com os mercados; aprimoramento de embalagens e rotulagem nutricional; padronização de produtos e melhoria nos veículos usados nas entregas. Em relação à gestão agroindustrial, a maioria não possui cadastro de fornecedores e de clientes, não realiza planejamento de vendas, de custos e de produção. Sendo assim, este estudo apresenta informações importantes para os agroempreendedores e para o processo de atuação do projeto de extensão ora executado, bem como subsídios no planejamento de futuras ações por parte do Consórcio Intermunicipal da Fronteira – CIF, instituição parceira no projeto.

INTRODUÇÃO

O projeto Tecnologias de gestão e produção para o fortalecimento e sustentabilidade de agroempreendimentos familiares, desenvolvido nos municípios de Barracão e Bom Jesus do Sul, PR, teve início em setembro de 2012, com término previsto para agosto de 2013. Faz parte do programa Universidade sem Fronteira – USF/SETI, tendo como parceiro o Consórcio Intermunicipal da Fronteira – CIF e apoio de técnicos da Emater e das prefeituras dos dois municípios.

Os municípios ficam na região da chamada Tri-fronteira que além destes, faz parte o município de Dionísio Cerqueira, SC e Bernardo de Irigoyen, Misiones Argentina. A região tem sua economia baseada na agricultura, agroindústria, agropecuária, comércio, importação e exportação e indústria (IBGE, 2013).

O objetivo do projeto é contribuir para o processo de fortalecimento e sustentabilidade da agricultura familiar, propondo alternativas de gestão e produção para vinte pequenos agroempreendimentos, apoiados pelo CIF, localizados nos municípios de Barracão e Bom Jesus do Sul.

As ações do projeto visam agregação de valor e divulgação de produtos, melhoria de renda, competitividade, redução de desperdícios, criação e adequação de rotulagens de produtos, de acordo com normas nacionais. Para tanto, os agroempreendedores estão recebendo orientação e apoio administrativo, capacitação e assessoria técnica, no que se refere à gestão, produção, boas práticas de fabricação, qualidade, rotulagem, finanças, custos e comercialização.

No Brasil, a agricultura familiar é definida pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, mais precisamente no Art. 3º, a qual considera como agricultor familiar e empreendedor familiar rural a pessoa que pratica atividades no meio rural e que utiliza mão-de-obra da própria família em seu empreendimento (Brasil, 2013).

Com o objetivo de gerar renda, fixar o homem no campo e melhorar a qualidade de vida das famílias agricultoras, os governos federal, estadual e municipal têm desenvolvido ações para criar e fortalecer agroindústrias familiares.

De acordo com Araújo (2010) as agroindústrias são empresas de beneficiamento, processamento e transformação de produtos agropecuários. Para o autor, a agroindústria por ser um dos principais segmentos da economia brasileira, apresenta diversas vantagens como maior controle da qualidade dos produtos, agregação de valor, geração de emprego e renda, melhoria na apresentação dos produtos e aumento de sua vida útil, ampliação de mercado e melhor estruturação das cadeias produtivas.

Segundo Abramovay (2009), a origem das agroindústrias familiares tem natureza social, pois apoia a gestão e o trabalho familiar, sendo que o planejamento e o apoio a estes pequenos empreendimentos são realizados pelos consórcios, mantidos pelo Governo.

MÉTODOS

Foram realizadas reuniões no CIF com representantes da instituição e das agroindústrias, pesquisas para conhecer a realidade socioeconômica dos municípios, capacitação, participação em palestras sobre rotulagem nutricional de alimentos, reaproveitamento de alimentos e de Boas Práticas de Fabricação (BPF).

A metodologia usada na primeira etapa foi exploratória de caráter quantitativo e qualitativo. Para coleta de dados foi elaborado questionário com questões abertas e fechadas, o qual foi aplicado por meio de entrevistas durante visitas e, ao mesmo tempo houve observação das agroindústrias.

O questionário foi dividido em onze partes: identificação da agroindústria e do responsável; unidade de produção e processo de produção; equipamentos e máquinas existentes; mão-de-obra; regularização sanitária, ambiental e jurídica; comercialização e mercado; apresentação visual do produto; rotulagem e gestão do negócio.

Na sequência foi realizada uma pesquisa para conhecer a percepção do comprador. Foram visitados 44 estabelecimentos comerciais revendedores de produtos oriundos das agroindústrias, nas cidades de Barracão, Bom Jesus do Sul, no Paraná e Dionísio Cerqueira, em Santa Catarina.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

A aplicação do questionário e observação *in loco* permitiu o levantamento de dados para construção de relatórios técnicos e o diagnóstico da realidade das agroindústrias. Os principais resultados são apresentados na sequência.

Verificou-se que dez famílias têm na atividade sua fonte fundamental para o sustento, nas demais há outras fontes de renda, uma vez que a renda proveniente da agroindústria tem-se mostrado insuficiente para atender as necessidades familiares.

Das agroindústrias analisadas, dez estão localizadas na área rural e duas na área urbana, no Município de Barracão. Já no Município de Bom Jesus do Sul, são cinco agroindústrias na área rural e três na área urbana.

Considerando o local de produção, verificou-se que treze agroindústrias utilizam área construída especificamente para a fabricação, porém necessitam de adequações para atender as normas sanitárias, outras sete elaboram seus produtos na própria residência ou porão e necessitam de local adequado, bem como conformidade às normas sanitárias.

Os agroempreendimentos fabricam variedades diversas de produtos, destacando-se panificados, massas, embutidos, derivados da cana-de-açúcar, de carne suína e de leite. No geral, são fabricados 62.348 Kg de produtos nas agroindústrias de Bom Jesus do Sul e 6.508 Kg em Barracão. No que se refere à matéria-prima consumida mensalmente, destacam-se o leite com 612.343 litros, a cana-de-açúcar, com 102.259 Kg e os ovos com 257 dúzias, no entanto, nem toda matéria-prima é própria.

No que se refere ao registro sanitário, três agroempreendimentos possuem

Sistema de Inspeção Municipal - SIM, um possui Sistema de Inspeção do Paraná - SIP, um possui o Anexo 10, doze têm o Alvará Sanitário para fabricação, um não tem nenhum tipo de registro e um estabelecimento não informou.

Quanto à rotulagem geral e nutricional, cinco agroindústrias atendem a legislação vigente, as demais necessitam de adequação em relação ao layout e padronização dos itens da rotulagem geral e nutricional.

Em relação à adequação das agroindústrias ao regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação foi aplicada uma lista de verificação elaborada de acordo com a Resolução RDC n. 275, de 21 de outubro de 2002 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA (BRASIL, 2002). A lista de verificação possui 78 perguntas e aborda os seguintes temas: (I) instalações e edificações; (II) equipamentos e utensílios; (III) manipuladores; (IV) matéria-prima; ingredientes e embalagens, estes foram observados e avaliados com relação ao que é preconizado pela ANVISA, na RDC nº 216 de 15 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004). A porcentagem de conformidades foi obtida calculando-se a porcentagem de acertos em relação ao total de questões aplicadas. Constatou-se que cinco agroindústrias encontram-se no Grupo 1 (76 a 100% de atendimento dos itens); seis no Grupo 2 (51 a 75% de atendimento dos itens) e oito no Grupo 3 (0 a 50% de atendimento dos itens).

Ao serem questionadas sobre o Registro Jurídico e Fiscal para comercialização, dezesseis agroindústrias informaram que possuem apenas a Nota de Produtor Rural – NPR, uma não possui nenhuma forma de registro, o que dificulta o acesso ao crédito e comercialização. Em relação à situação tributária, um produtor utiliza Nota Fiscal Eletrônica, dois utilizam talão de Nota Fiscal, dezesseis produtores possuem NPR e em uma propriedade as vendas são realizadas utilizando-se somente recibos.

Com relação às formas de comercialização convencional, cinco agroindústrias vendem somente para o consumidor direto, três vendem no atacado, no varejo e para o consumidor direto e três não informaram. Em relação à comercialização institucional, oito agroindústrias realizam vendas para o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Apenas duas agroindústrias não realizam comercialização institucional têm interesse nos programas, considerando que alguns produtos não podem ser comercializados, como cachaça e vinho.

No que se refere à gestão das agroindústrias, a maioria não possui cadastro de fornecedores e de clientes; planejamento de vendas e de produção; controle de vendas e despesas, também há deficiência na apuração de custos de produção. Nas oito agroindústrias que realizam o controle de vendas, todas utilizam caderneta para anotações.

Na captação de recursos pelos agroempreendedores, constatou-se o uso do Pronaf Mais Alimento, recursos do BNDES, Pronaf Agroindústrias, Crédito pessoal para aposentados, custeio, empréstimo particular, além do acesso a outras políticas públicas, como Bolsa família, financiamento do Minha Casa Minha Vida e o Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR.

Após finalizar a pesquisa com as agroindústrias, procurou-se verificar a percepção de quarenta e quatro empresários de estabelecimentos comerciais, citados pelos agroempreendedores e que revendem diversos produtos provenientes de treze agroindústrias familiares, pois as demais realizam apenas venda direta ao consumidor.

De modo geral, os empresários consideram que os produtos são bons em relação, à qualidade, preço, embalagem, tamanho e peso unitário, atributos sensoriais e aceitação pelos clientes, o que é um resultado muito positivo, pois mostra a importância que o produto local tem nos municípios da Tri-Fronteira. Além disso, 50% dos empresários disseram ter disposição em ampliar o volume de compra de produtos das agroindústrias familiares. No entanto, fizeram algumas observações em relação ao aprimoramento das embalagens; rotulagem nutricional; qualidade do produto e padronização de panificados, de melado e do açúcar mascavo. Sugeriram o uso de uniforme para entregadores de produtos e maior comprometimento com vendas para os mercados, pois segundo eles, algumas agroindústrias realizam vendas diretas ao consumidor final, o que dificulta a comercialização nos estabelecimentos comerciais.

Finalmente, destacaram a importância da assiduidade nas entregas e a melhoria de veículos utilizados pelos agroempreendedores, como por exemplo, veículos refrigerados para produtos que necessitam de condições especiais de temperatura para sua conservação e investimento em marketing.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diagnóstico da situação atual das agroindústrias e o resultado do estudo de mercado apresentam informações importantes para os agroempreendedores e para o processo de atuação do projeto de extensão ora executado, o qual segue com assessorias e capacitação em gestão, boas práticas de fabricação e rotulagem. Além disso, o diagnóstico e as atividades do projeto podem ser utilizados como subsídios no planejamento de futuras ações por parte do CIF.

Outras informações obtidas possibilitaram a elaboração de cadastro de todas as agroindústrias; apuração da infraestrutura atual, em termos de instalações e equipamentos e das necessidades nesse quesito; volume de matéria-prima utilizada (própria e de terceiros); volume de produção e comercialização; elaboração de croquis do local de produção atual e proposta de planta baixa, considerando as normas sanitárias vigentes.

As atividades do projeto estão sendo desenvolvidas conforme planejadas, apesar de algumas dificuldades no período, devido à localização de agroindústrias na zona rural, fenômenos climáticos que danificaram estradas e propriedades, dependência de técnicos da Emater e/ou das prefeituras na realização das visitas e o período eleitoral nos municípios.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **O Futuro das regiões rurais**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos de agronegócios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 04 mar. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Resolução RDC nº 275/MS/ANVISA, de 21 de outubro

de 2002. Dispõe sobre o regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados aplicados aos estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos e a lista de verificação das boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos. **Diário Oficial da União**. Brasília, 06 nov. 2002.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância Sanitária. Resolução RDC nº 216, de 15 de setembro de 2004. Dispõe sobre regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação. **Diário Oficial da União**. Brasília, 16 set. 2004.

IBGE. **ibge cidades @**. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 11 mar. 2013.